

A saúde como problema ambiental

Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva *

A Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente teve ensejo de salientar que para a maioria da humanidade a eliminação da pobreza é mais importante do que a defesa do meio ambiente. Em outras palavras, para os países em desenvolvimento a eliminação da pobreza, da fome, da insalubridade, a falta de teto e de vestimentas representam o seu principal objetivo.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas para avaliar a situação ambiental, chegou à conclusão, em seu Relatório de 1987, que "poucos governos das cidades do mundo em desenvolvimento... dispõem de poderes, recursos e pessoal treinado, para fornecer-lhes (às suas populações) as terras, os serviços e os sistemas adequados a condições humanas de vida: água potável, saneamento, escolas e transportes. O resultado disso é a proliferação de assentamentos ilegais de habitações toscas, aglomerações excessivas e mortalidade desenfreada decorrente de um meio ambiente insalubre" ("Nosso Futuro Comum", p. 266).

A Assembleia Geral, ao convocar a Conferência do Rio de Janeiro, incluiu dentre os problemas prioritários em matéria ambiental "a proteção da saúde humana e as melhorias das condições de vida". Dando prosseguimento à questão, o Comitê Preparatório da Conferência pediu à Organização Mundial de Saúde a preparação de estudos com vistas à sua implementação depois da Conferência de junho de 1992.

Como ocorre com todos os problemas ambientais, a questão da saúde não pode ser abordada isoladamente, isto é, não pode ser desvinculada de outras questões como a pobreza, a água potável, o aumento populacional, a poluição da atmosfera, dos rios, dos lagos e dos mares, para citar apenas alguns exemplos. Dentro desta ótica é indispensável vincular o desenvolvimento, a degradação do meio ambiente e as suas consequências sobre a saúde humana, ou seja, que a saúde humana é ameaçada não só pela falta de desenvolvimento, mas também pelo próprio desenvolvimento quando não acompanhado pela adoção de medidas de proteção.

Boas condições de salubridade dependem sobretudo de um meio ambiente sadio. Verifica-se que, ao passo que nos países desenvolvidos quase todas as enfermidades ligadas à má qualidade de vida são raras, nos países em desenvolvimento a falta de desenvolvimento e um assustador aumento populacional, ligados à falta de água potável, de alimentação e de condições de salubridade, são responsáveis pela alta taxa de enfermidades e conseqüentemente de mortes prematuras.

A falta de água encanada é a principal causa do baixo nível de saúde nos países em desenvolvimento junto com a falta de esgotos. Segundo observação de Guilherme Fiuza, a ausência de esgotos sanitários para mais da metade (65%) da população do país é o mais urgente problema ecológico brasileiro — "a poluição por esgoto é hoje, ao mesmo tempo, a principal fonte de doenças e de poluição de águas no Brasil". Cita como exemplo o caso da Baixada Fluminense, com uma população de três milhões de habitantes, onde apenas 20% das residências possuem esgotos.

Mas não é só no Brasil que isto ocorre: os países do Mediterrâneo se viram

obrigados a tomar medidas drásticas em decorrência não dos danos à saúde, mas também dos prejuízos ao turismo. Até há uma década, 90% da água de esgoto era despejada sem tratamento, mas os últimos dados mostram que países como a França e a Itália estão tomando medidas positivas; a Espanha e a Grécia, porém, continuam sendo criticadas.

Embora o desenvolvimento seja considerado um dos fatores mais importantes na área da saúde, pode ser o fator de ameaça ao meio ambiente, como no caso da poluição atmosférica, que tem graves conseqüências sobre o aparelho respiratório. Mesmo reconhecendo os malefícios que causam à saúde humana e os seus efeitos em relação ao efeito estufa, os grandes poluidores da atmosfera — Estados Unidos, Grã-Bretanha, Rússia Soviética e Japão — relutam em se comprometer a diminuir substancialmente as emissões de gases de suas indústrias e automóveis.

Mas não é só nos países industrializados que isto ocorre. No Brasil, Cubatão (SP) e Araucária (PR) apresentam precárias condições ambientais e sofrem alta incidência de doenças respiratórias, o mesmo ocorrendo em Santiago de Chile e na Cidade do México.

Na Polônia, em Zabrze, a incidência de leucemia dobrou em 13 anos, obrigando crianças com menos de 12 anos a se submeterem a dolorosas injeções na espinha. Na área de Katowice, 50% das crianças de 4 anos sofrem de doenças crônicas e, ao atingirem 10 anos, 75% necessitam de tratamento médico regular. Mas o pior foi o desastre ocorrido em Bhopal, na Índia, em 3 de dezembro de 1984, que resultou na morte de 2.500 pessoas, dentre as quais 1.000 crianças.

A educação é fator importante na divulgação de conhecimentos elementares capazes de evitar a incidência de doenças infecciosas e principalmente os altos índices de mortalidade infantil, como no combate à diarreia, responsável pela morte de milhões de crianças no Terceiro Mundo, em decorrência de alimentos ou água contaminada, e facilmente combatida mediante uma simples reidratação. A educação maternal, ou seja, a transmissão de noções elementares de higiene, é outra solução importante, sobretudo nos países de assistência médica deficiente.

Infelizmente, as questões ligadas à saúde pública não têm, na maioria dos países, a atenção que merecem, pois, como lembra o sanitarista Sérgio Arouca, "o que fica enterrado no subsolo não dá voto".

Embora o quadro seja sombrio, é necessário salientar que os países em desenvolvimento não estão forçosamente fadados a sofrer alto nível de enfermidades e de mortalidade. Antes de mais nada, basta dizer que, embora o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento disponha de recursos para a saúde, apenas 7% dos países em desenvolvimento solicitam recursos para fins sanitários.

Mas mesmo com um PIB baixo, é possível, mediante uma política sanitária bem dirigida, inverter a situação, e o melhor exemplo neste sentido é dado por Cuba, onde os níveis sanitários são dos mais altos no mundo e onde a mortalidade infantil é das mais baixas. O próprio Brasil tem dado provas neste sentido nos programas de vacinação, principalmente na erradicação da paralisia infantil e de outras enfermidades que antes ceifavam a vida de milhares de crianças.

* Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional